



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE-PR

PRODUTO 2 – ATI PARTE III





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

**Prefeito:
ELIO MARCINIAK**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 286/2021

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2021.

Março/2024



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA	2
2.1. Aspectos legais	2
2.2. Sistema viário básico	6
2.2.1. Pavimentação	8
2.3. Deslocamento individual não motorizado	10
2.4. Deslocamento motorizado	13
2.4.1. Deslocamento motorizado de cargas e serviços.	13
2.4.2. Deslocamento motorizado individual	14
2.4.3. Deslocamento motorizado coletivo	15
2.4.3.1. Transporte Coletivo Intermunicipal	15
2.4.3.2. Transporte Coletivo Urbano	17
2.4.3.3. Transporte Escolar	18
2.5. Considerações	21
3. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO	23
3.1. Receitas orçamentárias municipais	23
3.2. Despesas municipais	25
3.3. Indicadores de finanças públicas	27
3.3.1. Indicador de Dependência	27
3.3.2. Indicador de Financiamento dos Gastos	28
3.3.3. Indicador de Poupança	29
3.3.4. Indicador de Capacidade de Investimento	29
3.4. Considerações	32
4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES	34
5. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	46
5.1. Aspectos Ambientais	47
5.2. Aspectos Socioespaciais	48
5.2.1. Uso e Ocupação do Solo	49
5.2.2. Equipamentos Comunitários	49
5.2.2.1. Equipamentos de Educação	49



5.2.2.2. Equipamentos de Saúde	50
5.2.2.3. Equipamentos de Assistência Social	50
5.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento	51
5.2.4. Infraestrutura Viária	52
5.3. Aspectos Econômicos	52
5.3.1. Crescimento Populacional e Demografia	52
5.3.2. Emprego e Renda	53
5.3.3. Capacidade de Investimento	54
5.4. Aspectos Institucionais	55
5.4.1. Planejamento e Gestão Urbana	55
5.4.2. Estruturação e Funcionamento dos Conselhos Municipais	56
6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA	57
7. ANEXOS	59
7.1. Mapas da Análise Temática Integrada	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Pavimentação das vias de Santa Tereza do Oeste e do Distrito de Santa Maria em 2023.	10
Tabela 2.2. Pavimentação das rurais de Santa Tereza do Oeste em 2022.	10
Tabela 2.3. Composição da frota de veículos em Santa Tereza do Oeste.	14
Tabela 2.4. Evolução da frota e da taxa de motorização de Santa Tereza do Oeste, entre 2010 e 2020.	14
Tabela 2.5. Veículos, rotas e fornecedores do transporte escolar municipal.	18
Tabela 2.6. Número de alunos transportados pela frota própria e por terceiros.	20
Tabela 3.1. Receitas Orçamentárias Municipais, 2017 a 2021.	24
Tabela 3.2. Transferências Correntes e Receita Orçamentária, 2017 a 2021.	24
Tabela 3.3. Relação da receita tributária com a receita corrente, 2017 a 2021.	25
Tabela 3.4. Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação à Despesa Orçamentária.	26
Tabela 3.5. Receitas, despesas e superávit orçamentário, 2017 a 2021.	26
Tabela 3.6. Indicador de Dependência, 2017 a 2021.	27
Tabela 3.7. Indicador de Financiamentos dos Gastos, 2017 a 2021.	28
Tabela 3.8. Indicador de Poupança do município, 2017 a 2021.	29



Tabela 3.9. Capacidade de Investimento, 2017 a 2021. 30

Tabela 3.10. Capacidade de Investimento, variação de indicadores 2017 a 2021. 31

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Estrutura da Lei de Sistema Viário.....	2
Quadro 2.2. Detalhamento da hierarquização viária urbana de Santa Tereza do Oeste, conforme Lei Municipal nº 2.005/2016.	3
Quadro 4.1. Conselhos Municipal de Santa Tereza do Oeste.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Mapa de Classificação das Vias Urbanas de Santa Tereza do Oeste- PR.	5
Figura 2.2. Vias Principais de Santa Tereza do Oeste- PR.	7
Figura 2.3. Cruzamento da Av. Paraná com a Rua João Calazans.	8
Figura 2.4. Cruzamento da Rua Buenos Aires com a Rua Rui Barbosa	8
Figura 2.5. Pavimentação das vias de Santa Tereza do Oeste -PR.	9
Figura 2.6. Pavimentação das vias do Distrito de Santa Maria.	9
Figura 2.7. Acesso ao Centro de Saúde.	11
Figura 2.8. Acesso ao Paço Municipal.	11
Figura 2.9. Acesso ao centro de Convivência	11
Figura 2.10. Acesso ao centro de Educação Infantil	11
Figura 2.11. Acesso ao Lago Municipal.	12
Figura 2.12. Ciclovia a marginal da BR-277.	13
Figura 2.13. Ciclovia ao redor da rotatória da Av. Paraná.	13
Figura 2.14. Terminal Rodoviário de Santa Tereza do Oeste-PR.	15
Figura 2.15. Horários do transporte metropolitano entre Santa Tereza do Oeste e Cascavel.	16
Figura 2.16. Transportes disponíveis na região de Santa Tereza do Oeste-PR.	17
Figura 3.1. Capacidade de investimento e investimentos efetivamente realizados em Santa Tereza do Oeste, de 2017 a 2022.	32



1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao Contrato nº 286/2021, a ATI integra a **2ª Fase** do projeto de revisão do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares de Santa Tereza do Oeste, estando dividida em três partes. Neste contexto, o presente relatório é dedicado à **Parte 3**, cujas informações coletadas foram sistematizadas e desenvolvidas em torno dos seguintes eixos temáticos:

i. Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana, com base na avaliação e adequação:

- Do sistema viário básico;
- Do deslocamento individual não motorizado, observando as necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalhos; e
- Do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para garantir o direito ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer.

ii. Capacidade de investimento do município, avaliação da capacidade de investimento, atual e futura, visando à implementação do PDM a ser expresso no Plano de Ação e Investimentos (PAI);



2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA

As vias se constituem como elementos estruturais urbanos que desempenham diferentes funções viárias, podendo ser classificadas a partir de dois aspectos centrais:

- Mobilidade, que pode ser entendida como a facilidade de deslocamento na cidade, que depende das condições de fluidez e capacidade; e
- Acessibilidade, atrelada às condições seguras de acesso às edificações e às atividades urbanas lindeiras.

Neste contexto, será realizada a seguir a caracterização das condições gerais de acessibilidade e mobilidade de Santa Tereza do Oeste, com ênfase na área urbana, considerando os seguintes aspectos:

- Aspectos legais;
- Sistema viário básico;
- Deslocamento individual não motorizado, observando às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e
- Deslocamento motorizado, incluindo cargas e serviços, individual e coletivo, para garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer;

2.1. Aspectos legais

O sistema viário é composto por eixos, que têm por função permitir o acesso aos serviços e espaços urbanos da cidade, além de garantir a locomoção de pedestres, ciclistas, veículos, motocicletas, ônibus e cargas com segurança e fluidez, se constituindo como importante cenário para a vivência e relações sociais, de espaços para lazer e para a prática de atividades físicas, contemplativas, entre outras.

Em Santa Tereza do Oeste, a infraestrutura viária é regulamentada pela Lei Municipal nº 2.005/2016, cujo objetivo é hierarquizar, dimensionar e disciplinar a implantação das vias no município, estruturada em quatro capítulos, conforme detalha o Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Estrutura da Lei de Sistema Viário.

CAPÍTULO I – Disposições Gerais
CAPÍTULO II – Da Hierarquização das Vias



CAPÍTULO III – Das Funções das Vias

Seção I - Dos Parâmetros Geométricos

CAPÍTULO IV - Das Condições Gerais

Seção II – Da Implantação

Seção III – Dos passeios ou calçadas

Capítulo V- Das Disposições Finais

Fonte: Lei nº 2.005/2016. Elaboração: Farol 14 Consultoria em projetos, 2023.

A legislação hierarquiza os eixos que compõem o sistema viário urbano em seis classes, cujas definições, composição e dimensionamento mínimo são apresentados no Quadro 2.2.

Quadro 2.2. Detalhamento da hierarquização viária urbana de Santa Tereza do Oeste, conforme Lei Municipal nº 2.005/2016.

Hierarquia	Descrição	Composição
Via Expressa	Aquela caracterizada por bloqueio que permite trânsito livre, sem intercessões e com acessos especiais	Rodovia BR-277 no trecho que corta a área urbana
Via Arterial	Seu conjunto forma a estrutura viária principal da cidade. São as vias destinadas a receber o maior fluxo de tráfego. Definem os principais acessos da cidade e ligações intraurbanas.	a) Avenida Brasília; b) Rua Chile; d) Avenida Paraná; e) Rua Guarani.
Via Coletora	Aquela que recebe e distribui o tráfego procedente das vias locais e alimenta as arteriais.	a) Avenida Assunção; b) Rua Castro Alves e sua continuação, Rua Tomio Suzuki, no Distrito Industrial; c) Rua Marcelino Ramos; d) Rua Santos Dumont; e) Rua João Vargas; f) Rua Porto Alegre;
Via Marginal	Aquela localizada paralela à rodovia, quando esta corta a área urbana.	a) Rua Internacional; b) Via Marginal Norte da Br-277.
Via de Parque	Via que, pelas características de	a) Estrada Gonçalves Dias;

Hierarquia	Descrição	Composição
	seu entorno, dê condições de criação de área verde. É caracterizada via parque, a rua que margeia o Parque Nacional do Iguaçu e demais Áreas de Preservação Permanente - APP - e Reserva Legal	b) novos loteamentos, no limite das APPs e Reservas Legais.
Via Local	Aquela destinada ao atendimento local, estando geralmente em áreas confinadas por vias de maior importância.	Todas as demais vias; Sistema Viário do Distrito de Santa Maria.

Fonte: Lei Municipal nº 2.005/2016. Elaboração: Farol 14 Consultoria em projetos, 2022.

O Mapa Hierarquia do Sistema Viário Urbano reproduz o Anexo I da Lei Municipal nº 2.005/2016, o qual demonstra que o eixo principal de Santa Tereza do Oeste é delimitado pelas expressas e arteriais, sendo a principal via expressa a BR – 277. Sendo as principais vias arteriais a Rua Chile, Av. Brasília, e a Av. Paraná.

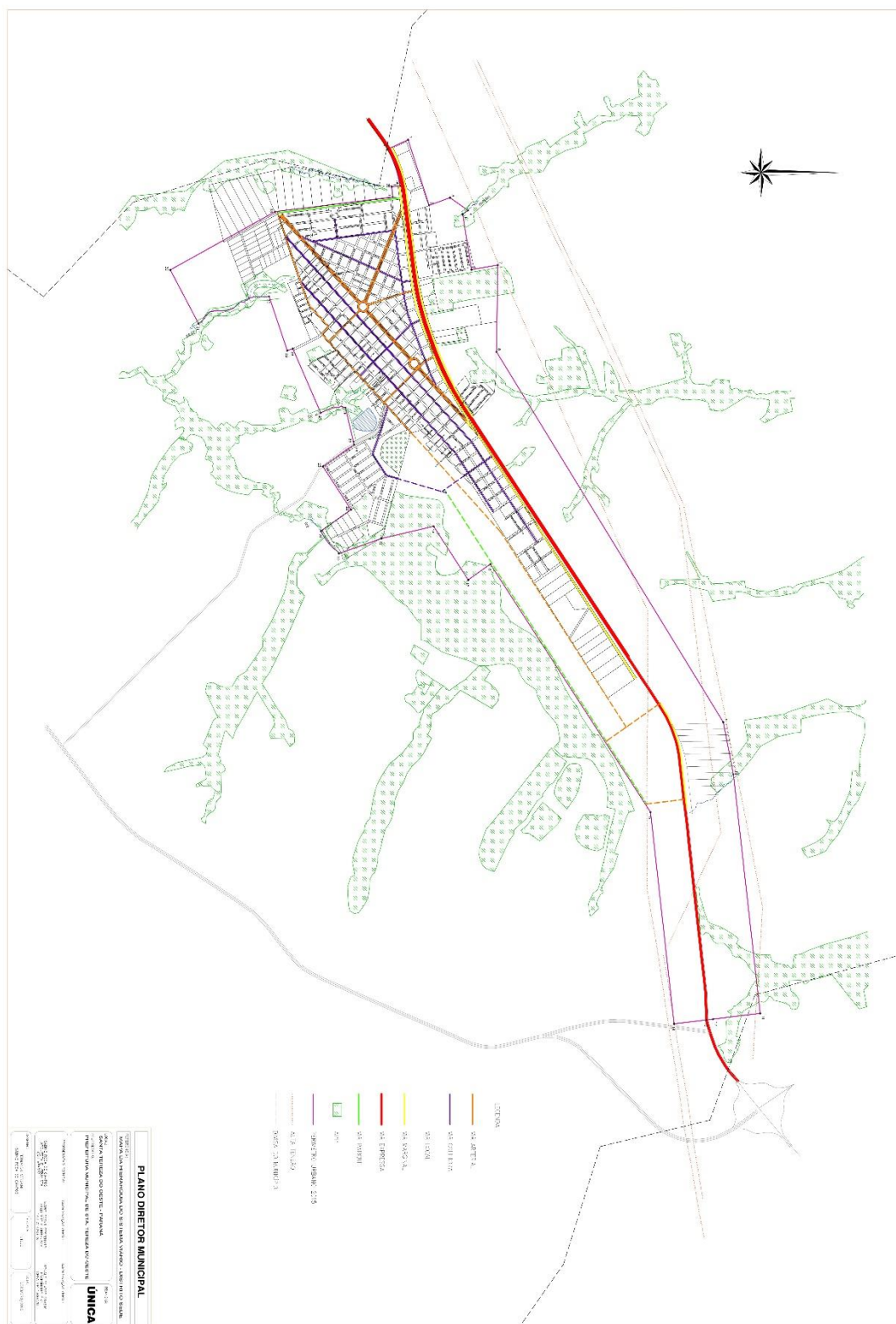
Nota-se que a hierarquização viária indicada no texto da lei e no mapa de vias é pouco complexa, quando comparada ao mapa e ao cenário de Santa Tereza do Oeste.

As diretrizes viárias delimitadas, no sentido de orientar a expansão urbana do município, com impacto direto no ordenamento e na continuidade da malha urbana, se apresentam de forma genérica sendo apresentado os seguintes parâmetros para referência das novas vias:

- As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno e evitar a transposição de linhas de drenagem natural ou córregos.
- Deve ser evitado a remoção de vegetação e a implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural.
- Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração do fluxo das águas pluviais, independentemente do fluxo ter caráter permanente ou não.

Observa-se que não há uma determinação sobre a continuidade da via em novos loteamentos, parâmetros de dimensionamento para vias sem saídas, ou até mesmo sobre

Figura 2.1. Mapa de Classificação das Vias Urbanas de Santa Tereza do Oeste- PR.



Fonte: Lei Municipal nº 2.005/2016.



Por fim, destaca-se que desde 2012, com a aprovação da Política Nacional de Mobilidade (PNM - Lei Federal nº 12.587/12), os municípios enquadrados em critérios pré-estabelecidos ficam obrigados a elaborar seus Planos de Mobilidade Urbana (PlanMob), cuja aprovação está vinculada ao repasse de recursos do Orçamento Geral da União para investimentos no setor de mobilidade.

¹ “Art. 24 (...) § 1º **Em Municípios** com mais de vinte mil habitantes e nos demais obrigados, na forma da lei, a elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inseridos.

Santa Tereza do Oeste é um município com menos de 20 mil habitantes, e não tem, portanto, a obrigação de apresentar o Plano de Mobilidade Urbana.

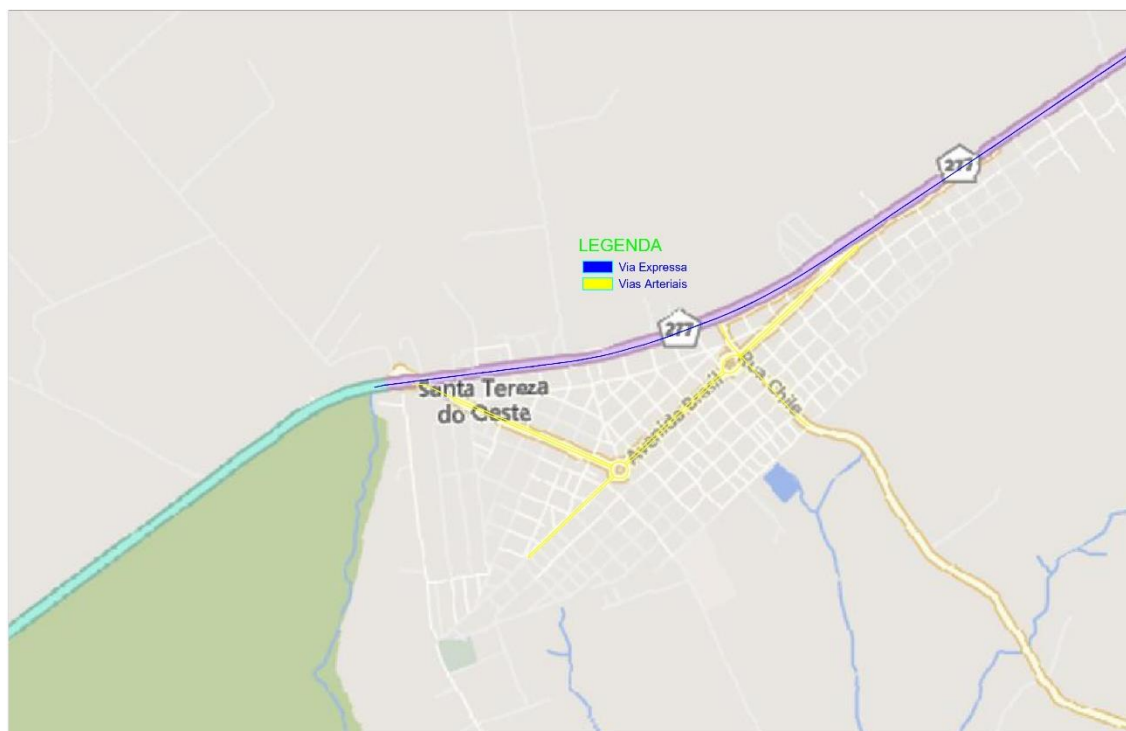
2.2. Sistema viário básico

O sistema viário é composto por um conjunto de vias, as quais são classificadas e hierarquizadas segundo o tráfego, uso, conexão, infraestrutura, desempenho e capacidade de suporte, sendo diretamente vinculado ao uso e ocupação do solo. Funciona como um elemento responsável por estruturar os deslocamentos, ordenar as atividades urbanas e promover a circulação de todos os modos de transporte (pedestres, ciclistas, transporte coletivo e veículos automotores).

Esta hierarquização possibilita diferenciar as vias conforme a sua função no sistema viário, estabelecendo critérios específicos para cada tipologia quanto a tamanho mínimo de caixa de via, geometria, número de faixas de rolamento, sinalização, iluminação, dimensão de passeios, existência de ciclovias/ciclofaixas, possibilidade de estacionamento, entre outros, como foi observado no Quadro 2.2 sobre a Lei Municipal nº 2.005/2016 e na figura abaixo.

No município de Santa Tereza do Oeste passam duas rodovias federais de importância logística: a BR-277, que atravessa o estado do Paraná, ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá, e a BR-163, que faz a ligação do Mato Grosso aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também corta o município a rodovia estadual PR-586, que faz conexão com o Município de São Pedro do Iguaçu.

Figura 2.2. Vias Principais de Santa Tereza do Oeste- PR.



Fonte: Google Earth, 2023. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2023.

A BR-277 passa junto ao Distrito-Sede, sendo concessão da empresa Eco Cataratas. Existe desde antes da elaboração do Plano Diretor vigente a necessidade de duplicação, que já possui projeto preliminar.

A BR-163 corta o Distrito de Santa Maria, e já possui projeto de duplicação e desvio, fazendo parte das obras já iniciadas em outros trechos ao sul da rodovia.

A PR-586 dá acesso do Distrito-Sede à rodovia BR-163, cruza a cidade até a BR-277, seguindo para norte. No trecho norte, apresentação pavimentação poliédrica.

O sistema viário municipal ainda é composto por estradas rurais que conectam os distritos às propriedades rurais e às comunidades do interior. A principal demanda atual é a adequação para o transporte logístico da produção.

Conforme observado, a rede viária urbana de Santa Tereza do Oeste apresenta traçado ortogonal, cujo desenho é facilitado pela ausência de condicionantes naturais significativas, como declividades acentuadas e cursos d'água. As principais vias do município se constituem tanto como eixos de entrada da cidade quanto como corredores comerciais e de equipamentos públicos, impactando no tráfego e na sua importância local. São elas:

- Rodovia BR-277, via Expressa no trecho que corta a área urbana. Apresenta mão dupla com a presença de trevo de acesso à mancha urbana na ligação com a Rua Marcelino Ramos e Av. Paraná e acesso em outros trechos da Rua Internacional;
- Avenida Brasília, via arterial que corta a área urbana de leste a Oeste, a qual se conecta com a BR-277. Apresenta mão dupla com faixa de domínio de 30,00 m, pista de rolamento de 9,00 m, passeio lateral de 4,00 m. A via é totalmente pavimentada.
- Avenida Paraná, via arterial que liga a Avenida Brasília a BR-277. Apresenta mão dupla com faixa de domínio de 30,00 m, pista de rolamento de 9,00 m, passeio lateral de 4,00 m. A via é totalmente pavimentada.
- Rua Chile, via arterial que liga a PR-163 a Avenida Brasília. Apresenta mão dupla com faixa de domínio de 30,00 m, pista de rolamento de 9,00 m, passeio lateral com dimensões variáveis. A via é totalmente pavimentada.

Em geral, o arruamento de Santa Tereza do Oeste conta com pavimentação asfáltica, pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos. A sinalização horizontal e a vertical se apresentam em mal estado ou inexistente, o observável na Figura 2.4, onde se nota que não há demarcação da faixa de estacionamento.

Figura 2.3. Cruzamento da Av. Paraná com a Rua João Calazans.



Figura 2.4. Cruzamento da Rua Buenos Aires com a Rua Rui Barbosa



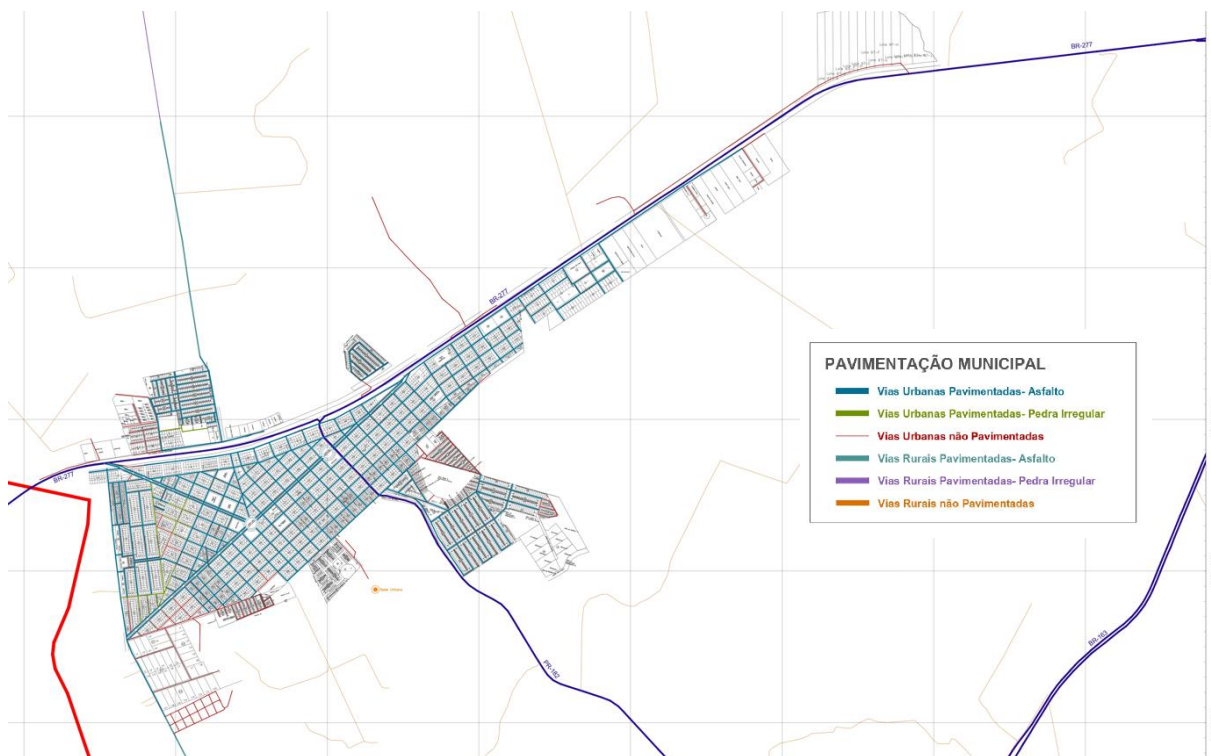
Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos.

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos.

2.2.1. Pavimentação

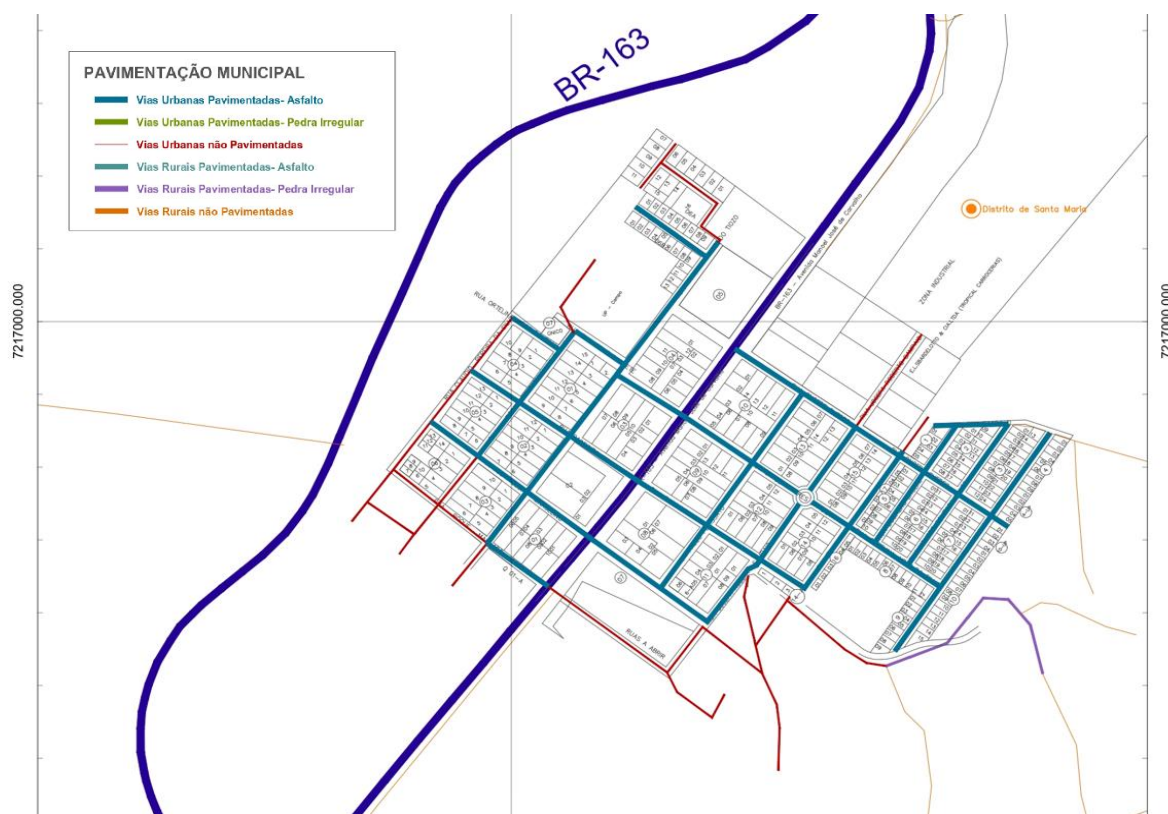
A pavimentação das vias urbanas de Santa Tereza do Oeste e do Distrito de Santa Maria apresenta-se com revestimento majoritariamente em asfalto. De maneira geral a pavimentação está em bom estado de conservação e é uniforme e coerente com a densidade de ocupação dos bairros, como pode ser observado na Figura 2.5 e 2.6 e no Anexo – Mapa de Pavimentação Urbana.

Figura 2.5. Pavimentação das vias de Santa Tereza do Oeste -PR.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2023.

Figura 2.6. Pavimentação das vias do Distrito de Santa Maria.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2023.



Tabela 2.1. Pavimentação das vias de Santa Tereza do Oeste e do Distrito de Santa Maria em 2023.

Situação	Km	Porcentagem em relação à área total
	Lineares	(%)
Ruas pavimentadas	70,02 km	77,38%
Ruas não pavimentadas	20,47 km	22,62%
Total da área de vias	90,49 km	100,00%

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

As vias urbanas que necessitam de pavimentação, em sua maioria, correspondem as áreas que se encontram em ocupações irregulares.

Em relação à Pavimentação das Vias Rurais, observa-se no Anexo e na tabela 2.2., que apenas 26,96 km dos aproximadamente 359,79 km de vias rurais do município são pavimentados.

Tabela 2.2. Pavimentação das rurais de Santa Tereza do Oeste em 2022.

Situação	Km	Porcentagem em relação à área total
	Lineares	(%)
Vias pavimentadas	26,60 km	7,39%
Vias não pavimentadas	333,19 km	92,61%
Total da área de vias	359,79 km	100,00%

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Nota-se que há uma necessidade tangente de investimentos em pavimentação das vias rurais para melhoras as condições de locomoção dos munícipes tanto no meio rural quanto no acesso aos equipamentos e serviços disponibilizados, na grande maioria, na sede do município.

2.3. Deslocamento individual não motorizado

Segundo o Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/1997), calçada é “parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”. Já o Art. 3º da Lei da Acessibilidade (Lei Federal nº 10.098/2000) dispõe que “o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser

concebidos e executados para torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Os passeios públicos em sua maioria não apresentam pavimentação, o que dificulta a circulação de pedestres. A Lei n.º 778/2009 dispõe sobre a execução, conservação e reparo de calçadas no município. Nela, todos os proprietários de imóveis em ruas que apresentam meio-fio são obrigados a executar a pavimentação. Considerando a dificuldade em fazer cumprir a lei, foi criada a Lei Municipal n.º 1023/2014, que instituiu o programa de incentivo a construção e reforma de calçadas, onde os proprietários dos imóveis forneciam o material e a prefeitura, a mão de obra. Outra forma de fiscalizar a execução das calçadas é através da liberação do “habite-se” de novas construções, medida que vem sendo adotada, porém, ainda há muitas calçadas sem pavimentação.

Figura 2.7. Acesso ao Centro de Saúde.



Figura 2.8. Acesso ao Paço Municipal.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Figura 2.9. Acesso ao centro de Convivência



Figura 2.10. Acesso ao centro de Educação Infantil



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022

Neste contexto, reforça-se que o padrão de passeio público em Santa Tereza do Oeste atende parcialmente aos requisitos mínimos de acessibilidade, uma vez que apresenta uma variação de calçadas pavimentadas que vão de 1,50 a 4,00 metros de largura com faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos. Foi observado que diversos trechos necessitam de atenção, pois a sinalização horizontal e vertical apresenta-se em estado de degradação elevada, sendo necessário realizar a repintura das sinalizações.

O município dispõe de um Lago Municipal, localizado na saída da cidade na PR-586 no sentido a BR-163. O parque disponibiliza uma pista de caminhada, campo de futebol e quadra de areia, playground com parquinho, entre outras áreas de lazer e áreas verdes que podem ser observados na Figura abaixo.

O parque não dispõe de todos os dispositivos necessários em atendimento à acessibilidade. Não há rampas, sinalização tátil de alerta, sinalização tátil direcionada, faixa elevada, sinalização vertical e horizontal, entre outros.

Figura 2.11. Acesso ao Lago Municipal.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

Existe hoje um trecho de ciclovia junto à marginal da rodovia BR-277, que liga o centro ao distrito industrial e trechos nas rotatórias da cidade. Estes trechos não atendem a todas as normas quanto a dimensão mínima da pista, sinalização vertical e horizontal da ciclofaixa. É importante prever a implantação de ciclovia na estrutura viária principal, ampliando sua presença nas marginais por meio de projeto urbanístico adequado e adequar às normas a ciclovia existente, como pode ser observado nas figuras abaixo.

Figura 2.12. Ciclovia a marginal da BR-277.



Figura 2.13. Ciclovia ao redor da rotatória da Av. Paraná.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O município não possui Plano de Arborização, portanto, a arborização das vias públicas não segue um planejamento ou um padrão. Atualmente, respeitasse as árvores já plantadas nas calçadas das vias. A implementação da arborização sem planejamento pode ocasionar problemas estruturais, urbanos e também, nos serviços essenciais, como as instalações de redes de distribuição. As estratégias voltadas à arborização são extremamente importantes para o desenvolvimento sustentável das cidades, integrando o processo de infraestrutura, promoção da saúde pública e gerenciamento urbano. Nota-se, portanto, que o município necessita de um Plano de Arborização Urbana.

2.4. Deslocamento motorizado

Para análise completa do deslocamento motorizado em Santa Tereza do Oeste, serão levantados a seguir dados sobre (i) cargas e serviços, (ii) individual e (iii) coletivo.

2.4.1. Deslocamento motorizado de cargas e serviços.

As principais vias de transporte de cargas são as rodovias existentes, federais e estaduais. Na área urbana são as vias marginais e as vias dos distritos industriais que dão suporte ao transporte logístico. Foi identificado a persistência do problema de circulação de veículos pesados dentro da área urbana, na rua Chile, que deveriam utilizar o trevo de acesso à BR-277, mas que utilizam a PR-586, que cruza a área urbana, como meio de encurtar distâncias. Esse tráfego, apesar de proibido, não foi coibido, devendo ser adotadas medidas que solucionem o problema.

2.4.2. Deslocamento motorizado individual

Seguindo a tendência observada no âmbito nacional, Santa Tereza do Oeste registrou aumento de quase 366% na sua frota de veículos, entre 2010 e 2021, com destaque para reboque, motocicletas e ônibus, conforme demonstra a tabela 2.3.

Tabela 2.3. Composição da frota de veículos em Santa Tereza do Oeste.

Frota de veículos	2010	2021	Evolução 2010- 2020 (%)
Automóvel e similares	524	5.958	1037,02%
Caminhão e similares	323	482	49,23%
Ônibus e similares	657	77	- 88,28%
Motocicleta e similares	95	1.048	1003,16%
Reboque e Similares	116	425	266,38%
Total	1.715	7.990	365,89%

Fonte: IPARDES, 2022. Elaboração: Farol 14 Consultoria, 2023.

A tabela 2.4. apresenta a evolução da participação do automóvel e da motocicleta no total da frota do município, bem como a taxa de motorização (frota/100 habitantes), no mesmo período analisado anteriormente.

Tabela 2.4. Evolução da frota e da taxa de motorização de Santa Tereza do Oeste, entre 2010 e 2020.

Ano	Frota total	Automóvel		Motocicleta e similares		População	Taxa de motorização (frota/100hab)
		Frota	%	Frota	%		
2010	1.715	1.620	94,46%	95	5,54%	10.322	16
2020	7.990	6.942	86,88%	1.048	13,12%	10.055	69



**Evolução
(%)**

365,89% 328,52% 1003,16% -2,59% 339,90%

Fonte: IPARDES, 2021. Elaboração: Farol 14 Consultoria, 2023.

Entre os anos avaliados, nota-se que os automóveis e as motocicletas tiveram participação semelhante na evolução da frota de Santa Tereza do Oeste, ainda que o primeiro represente 86,88% do total registrado no município, em 2020. Destaca-se que o crescimento de veículos (+365,89%) não foi acompanhado pela dinâmica demográfica, que apresentou decréscimo nos últimos dez anos.

Com este crescimento, a presença do transporte individual motorizado em Santa Tereza do Oeste é maior do que a registrada no Estado do Paraná, uma vez que o indicador municipal alcançou 69 frotas/ 100 hab, em 2020, contra 66,5 do estadual no mesmo ano.

2.4.3. Deslocamento motorizado coletivo

2.4.3.1. Transporte Coletivo Intermunicipal

O município possui um terminal rodoviário localizado na R. Castro Alves, 1871-1997, que dispõe de transporte intermunicipal.

Figura 2.14. Terminal Rodoviário de Santa Tereza do Oeste-PR.



Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

As empresas disponíveis para o deslocamento intermunicipal são Viação Catarinense, Princesa dos Campos e Brasil Sul. Estas apresentam rotas principalmente com destino a Cascavel-PR, Foz do Iguaçu-PR, Laranjeira do Sul-PR, Cantagalo-PR, Itapema-SC, Curitiba-PR.



Ressalta-se que devido a sua proximidade com o município de Cascavel quando os munícipes desejam se deslocar para outros estados e municípios, além dos atendidos pelas empresas acima, os mesmos se deslocam para Cascavel onde há transporte intermunicipal e interestadual para todo país, inclusive Argentina e Uruguai.

Para o deslocamento entre Cascavel e Santa Tereza do Oeste, o município conta com uma linha de transporte intermunicipal que atende de horário das 05:00 as 20:40. Os horários e rotas do transporte metropolitano entre Santa Tereza do Oeste e Cascavel podem ser observados na figura abaixo.

Figura 2.15. Horários do transporte metropolitano entre Santa Tereza do Oeste e Cascavel.

Linha SANTA TEREZA x CASCABEL				PONTOS DE PARADA
Tabela de Horários - Vigência 01/09/2022				
Segunda a Sexta-feira		Sábados		1-IGREJA SÃO CRISTÓVÃO
SAINDO DE CASCABEL	SAINDO DE SANTA TEREZA	SAINDO DE CASCABEL	SAINDO DE SANTA TEREZA	2- PARANA AUTO ESCOLA
05:05	06:00**	05:20	06:10	3- PRAÇA WILSON JOFRE
06:10	*06:30**	07:50	*06:40**	4 - SÃO PAULO PRÓXIMO AO RESTAURANTE LUSITANO
07:00	07:00**	11:25	08:45	5 - TANCREDO NEVES BIGOLIN, SANEPAR, HU, MARGINAL APÓS TREVO, MASCARELO
07:40	07:55	13:15	12:20	
09:35	08:40	15:05	14:10	
11:25	10:30	17:00	16:00	
13:20	12:25	19:00	18:00	
15:10	14:15	Recolhe em S.T.	19:50:00 RECOLHE	
17:00	16:05			
18:00	17:55	*OBS.: * Vila Rural ** Loteamento Santa Fé		
17:30	*18:25			
18:50	18:55			
20:40	19:45			
Recolhe em ST		Domingos e Feriados		
*OBS.: * Vila Rural ** Loteamento Santa Fé		SAINDO DE CASCABEL	SAINDO DE SANTA TEREZA	
		07:00	07:50	
		11:10	12:05	
		17:00	18:00	
		Recolhe em CVEL	18:50 Recolhe	

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2022.

O município não conta com transporte aéreo, porém encontra-se a 15,8 km do Aeroporto de Cascavel - CAC e a 127 km do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (IGU), com rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais.

O município é auxiliado também pelo Porto Seco da Ferroeste- Ferrovia Paraná Oeste em Cascavel, a 34,6 km de Santa Tereza do Oeste, que faz o transporte de cargas para portos secos e portos marítimos, como pode ser observado na Figura 2.9, que demonstra toda a malha de transportes disponíveis na região de Santa Tereza do Oeste.

Figura 2.16. Transportes disponíveis na região de Santa Tereza do Oeste-PR.



2.4.3.2. Transporte Coletivo Urbano

Não há transporte coletivo urbano, sendo que a população das áreas rurais faz uso do transporte escolar e veículos próprios para locomoção até a sede.



2.4.3.3. Transporte Escolar

O transporte escolar municipal é realizado apenas para comunidades rurais e conta com uma frota de 11 veículos, entre ônibus, micro-ônibus, vans e kombis para fazer o transporte dos alunos entre as comunidades e a mancha urbana do município. Destes veículos, 4 ônibus são da Prefeitura Municipal e 7 são de 3 empresas terceirizadas, como pode ser observado na Tabela abaixo.

Tabela 2.5. Veículos, rotas e fornecedores do transporte escolar municipal.

Tipo de Veículo	Placa e Modelo	Fornecedor	Rota
Ônibus	AJZ0232,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 01 - Pinhalzinho/Chaparral Ida
Van	AZU9C49,DUCATO MARTICAR	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 17 - Vital Brasil - Volta
Ônibus	AVK5G08,M.BENS/MPOLLO SENIOR MO	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 09 - Vila União Ida Tarde - Santa Maria
Ônibus	AJZ0232,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 05 -Pinhalzinho - Santa Tereza Do Oeste
Ônibus	AJZ0232,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 03 -Pinhalzinho Xavier Ida
Ônibus	AJZ0232,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 02 - Pinhalzinho/Chaparral Volta
Ônibus	AJZ0232,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 04 -Pinhalzinho Xavier Volta
Ônibus	ART7261,AGRALE/MASCA GRANMINI O	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 24 - Cruzinhas Volta
Micro-ônibus	IWH7B54,IVECO/CITYCLASS 70C17	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 12 - Mangabeira Ida - Santa Maria
Micro-ônibus	IWH7B54,IVECO/CITYCLASS 70C17	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 13 - Mangabeira Volta - Santa Maria
Micro-ônibus	IWH7B54,IVECO/CITYCLASS 70C17	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 14 - Mangabeira Tarde - Santa Maria
Van	AZU9C49,DUCATO MARTICAR	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 16 - Vital Brasil - Ida
Micro-ônibus	EOE1939,VOLARE W9 MO	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 20 - Gonçalves Dias Ida
Ônibus	AZJ0218,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 22 - Urbano Tarde - Volta
Ônibus	ART7261,AGRALE/MASCA GRANMINI O	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 23 - Cruzinhas Ida
Ônibus	AZJ0218,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 07 - Linha São Luiz/Guavirá - Volta



Ônibus	AVK5G08,M.BENS/MPOLO SENIOR MO	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 08 - Vila União Ida Manhã - Santa Maria
Ônibus	AYL4092,VW/MPOLLO SEN MIDI ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 19 - Linha Peroba - Volta
Ônibus	AVK5G08,M.BENS/MPOLO SENIOR MO	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 10 - Vila União Volta Tarde - Santa Maria
Ônibus	AYL4092,VW/MPOLLO SEN MIDI ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 18 - Linha Peroba - Ida
Ônibus	AXD4785,VW/15.190 EOD E.HD ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 27 - Urbana Manhã Volta
Ônibus	AXD4785,VW/15.190 EOD E.HD ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 26 - Urbana Manhã Ida
Ônibus	ATP3853,VW/15.190 EOD E.HD ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 32 Noturno Volta
Ônibus	AXG7560,M. BENZ/OF 1519 R.ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 29 - Urbana Tarde Santa Fé - Volta
Ônibus	AXD4785,VW/15.190 EOD E.HD ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 25 - Santa Maria
Ônibus	AXG7560,M. BENZ/OF 1519 R.ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 31 Noturno Ida
Ônibus	ATP3853,VW/15.190 EOD E.HD ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 30 - Urbana Tarde - Vila Canário
Ônibus	AZJ0218,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 06 - Linha São Luiz/Guavirá - Ida
Ônibus	AVK5G08,M.BENS/MPOLO SENIOR MO	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 11 - Vila União Ida Tarde - Santa Maria
Micro-ônibus	EOE1939,VOLARE W9 MO	V. Machado Vitorino Eireli	Rota 21 - Gonçalves Dias Volta
Ônibus	AXG7560,M. BENZ/OF 1519 R.ORE	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Rota 28 - Urbana Tarde Ida
Micro-ônibus	IWH7B54,IVECO/CITYCLASS 70C17	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Rota 15 - Mangabeira Noturno - Santa Maria
Ônibus	AZJ0193,VOLARE V8L ON	V. Machado Vitorino Eireli	Reserva
Kombi	ATQ9G95,VW/KOMBI LOTAÇÃO	Andrade E Sales Transporte Escolar Ltda	Reserva
Ônibus	RHX6F60,MPOLLO/VOLARE V8L 4X4 EO	Prefeitura Municipal De Santa Tereza Do Oeste	Reserva

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2023.

Os ônibus da frota do transporte escolar municipal rural fazem as linhas através das estradas gerais entre as localidades e a área urbana, como pode ser observado na tabela acima. Das 32 rotas apresentadas, 10 são atendidas pela Prefeitura Municipal e 22 são atendidas por empresas terceirizadas.



Segundo a Secretaria Municipal de Educação que mapeia todas as rotas através de sistema próprio, no total são percorridos 194,40 km/dia com a frota da Prefeitura Municipal e 1.075,55 km/dias com a Frota das empresas contratadas. Paga-se em média R\$ 8,29 por quilômetro para empresas terceirizadas.

A Secretaria Municipal de Educação adota critérios de distância mínima e entre a casa do aluno e a escola em que ele estuda e condições para que o mesmo tenha direito ao transporte escolar, que é:

1. Alunos que residem a uma distância acima de 2 km da escola em que estão matriculados;
2. Alunos com deficiência temporária ou permanente de locomoção;
3. Lindeiros a BR-277 e PR-182;
4. Outros fatores que possam colocar os alunos em condições inseguras.

Além disso, na área rural os pontos de coleta são nas entradas das fazendas e sítios em que os alunos residem. Na área urbana os pontos de coleta são predeterminados, visando os locais de boa visibilidade e que não interfira no tráfego dos demais veículos e pessoas.

A tabela 2.6. apresenta a quantidade de alunos, de acordo com a graduação escolar, transportados pela frota própria do município entre as comunidades e a sede urbana e por empresas terceirizadas dentro das localidades rurais.

Tabela 2.6. Número de alunos transportados pela frota própria e por terceiros.

Graduação	Nº Alunos transportados pela frota própria do município	Nº Alunos transportados pela frota terceirizada (entre localidades rurais)
Educação Infantil	59	21
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	114	56
Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano	123	72
Ensino Médio	60	28
Educação Especial	0	0

Educação de Jovens e Adultos	0	1
Total	356	178

Fonte: Secretaria de Educação de Santa Tereza do Oeste, 2022.

Em 2023 há 534 alunos atendidos pelo transporte escolar municipal e observa-se que grande parte dos munícipes atendidos são crianças que cursam o ensino fundamental.

Atualmente, a frota de veículos disponibilizadas para o transporte escolar atende de forma satisfatória as necessidades dos munícipes, sendo que, eventualmente, além dos alunos, professores, diretores e funcionários das escolas, os munícipes das localidades da sede e das áreas rurais fazem uso do transporte escolar pela falta de transporte coletivo urbano.

2.5. Considerações

Após a análise dos principais aspectos de acessibilidade e mobilidade municipal, cabe destacar os resultados mais significativos extraídos a partir dados levantados em Santa Tereza do Oeste:

- O arruamento de Santa Tereza do Oeste é bem dimensionado e conta com pavimentação em 77% da área urbana, com pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos;
- A sinalização horizontal e vertical das vias e calçadas se encontra degradada ou é inexistente;
- A grande maioria das calçadas municipais não são pavimentadas;
- O município apresentou um crescimento significativo na porcentagem de vias pavimentadas desde o último plano diretor;
- As vias da urbana que necessitam de pavimentação, em sua maioria, correspondem as áreas que se encontram em ocupações irregulares;
- Se verifica um grande déficit na pavimentação das vias rurais do município, sendo que o mesmo apresenta cerca de 7,39% das vias rurais pavimentadas.



- O município tem como principal acesso a BR-163 e a BR - 277, o qual serve de ligação de Santa Tereza do Oeste com os municípios próximos.
- Em relação à acessibilidade o município apresenta um grande déficit, sendo observado que em diversas vias não há sinalização e a maioria das edificações públicas não apresentam faixa de circulação nem lombofaixas elevadas, com acesso direto da via, e nas que apresentam a faixa de circulação, notam-se obstáculos, desníveis e vegetações.
- Santa Tereza do Oeste apresenta uma forte polarização com o município de Cascavel, sendo que uma quantidade significativa da população se desloca entre os municípios para trabalhar.
- Devido à proximidade com Cascavel o município é atendido por poucas empresas que disponibilizam o transporte intermunicipal;
- Há uma linha metropolitana que realiza a rota Santa Tereza do Oeste a Cascavel com uma grande variedade de horários;
- O município não conta com transporte aéreo, porém encontra-se a 15,8 km do Aeroporto de Cascavel - CAC e a 127 km do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (IGU), com rotas intermunicipais, interestaduais e internacionais;
- O município é auxiliado também pelo Porto Seco da Ferroeste- Ferrovia Paraná Oeste em Cascavel, a 34,6 km de Santa Tereza do Oeste, que faz o transporte de cargas para portos secos e portos marítimos;
- O município disponibiliza de 4 veículos próprio e 7 veículos terceirizados para a realização do transporte escolar municipal entre as comunidades rurais e a mancha urbana;
- O número de veículos disponibilizados, tanto frota própria quanto terceirizada, atende de forma satisfatória as necessidades dos alunos do município.



3. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

O presente capítulo avaliará a capacidade de investimento de Santa Tereza do Oeste, composta pela análise dos principais indicadores de finanças públicas do município, permeando sua arrecadação e execução das despesas.

Para tratar desta temática, foram utilizados os dados fornecidos pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, importante ferramenta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que armazena e estrutura as informações das contas públicas das três esferas de governo.

Como recorte temporal, foram analisados os anos de 2017 a 2022, contemplando a série histórica disponível no Siconfi. A análise neste período se torna importante, pois permite a visualização de possíveis impactos no orçamento municipal quanto à retração econômica nacional registrada em anos recentes e aos efeitos da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19.

O capítulo está organizado da seguinte maneira:

- Receitas orçamentárias municipais;
- Despesas municipais;
- Indicadores de finanças públicas; e
- Considerações.

3.1. Receitas orçamentárias municipais

Entre 2017 e 2022, a receita orçamentária de Santa Tereza do Oeste, que contempla tanto as receitas próprias quanto as transferências constitucionais, apresentou crescimento real médio de 13,44% ao ano, ao avançar de R\$ 37,08 milhões para R\$ 69,65 milhões no período comparativo (Tabela 3.1). Deste modo, o município conseguiu registrar aumentos reais das receitas.

**Tabela 3.1.** Receitas Orçamentárias Municipais, 2017 a 2021.

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita de Capital	Receita orçamentária
2017	R\$ 37.086.831,09	R\$ 4.246.993,31	R\$ 32.839.835,78	R\$ 3.044.431,65	R\$ 35.884.267,43
2018	R\$ 42.412.543,84	R\$ 4.613.670,59	R\$ 37.798.873,25	R\$ 5.214.961,70	R\$ 43.013.834,95
2019	R\$ 46.302.713,42	R\$ 4.936.784,06	R\$ 41.365.929,50	R\$ 3.155.931,39	R\$ 44.521.860,75
2020	R\$ 48.514.888,62	R\$ 4.840.532,58	R\$ 43.674.356,04	R\$ 6.548.997,12	R\$ 50.223.353,16
2021	R\$ 57.338.725,11	R\$ 6.287.620,91	R\$ 51.051.104,20	R\$ 2.642.004,62	R\$ 53.693.108,82
2022	R\$ 69.657.674,84	R\$ 7.410.441,43	R\$ 61.967.784,95	R\$ 4.771.787,90	R\$ 67.019.021,31
CAGR **	13,44%	11,78%	13,54%	9,40%	13,31%

**Taxa de Crescimento Anual Composta (Compound Annual Growth Rate - CAGR)

Fonte: Siconfi, 2023.

Na análise da participação das transferências constitucionais na composição da receita orçamentária, observa-se elevado grau de dependência do município, uma vez que as transferências representaram 82,74% do total, na média de 2017 a 2022 (Tabela 3.2). Apesar das transferências terem registrado uma taxa de crescimento anual composto de 12,76%, menor que a taxa da receita orçamentária de 13,31%, esta dependência de recursos externos ao município impacta diretamente na oscilação do orçamento municipal.

Tabela 3.2. Transferências Correntes e Receita Orçamentária, 2017 a 2021.

Ano	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)	Razão A/B
2017	R\$ 30.844.089,93	R\$ 35.884.267,43	85,95%
2018	R\$ 33.954.196,86	R\$ 43.013.834,95	78,94%
2019	R\$ 36.566.368,37	R\$ 44.521.860,75	82,13%
2020	R\$ 39.332.694,25	R\$ 50.223.353,16	78,32%
2021	R\$ 46.833.831,41	R\$ 53.693.108,82	87,23%
2022	R\$ 56.231.521,10	R\$ 67.019.021,31	83,90%

CAGR	12,76%	13,31%	82,74%*
-------------	--------	--------	---------

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

Pela ótica da arrecadação própria, importante variável para mensuração da capacidade de investimentos de Santa Tereza do Oeste, analisando-se o período de 2017 a 2022, há uma taxa de crescimento anual composto 24,19% nas receitas tributárias, que cresceram de forma homogênea no decorrer do período, favorecendo o aumento da participação destas entradas no orçamento municipal, ainda que seu peso seja baixo. Na média do período, a arrecadação tributária representou 15,10% da receita corrente.

Tabela 3.3. Relação da receita tributária com a receita corrente, 2017 a 2021.

Ano	Receita Tributária (A)	Receita Corrente (B)	Indicador (A/B)
2017	R\$ 3.475.708,59	R\$ 32.839.835,78	10,58%
2018	R\$ 5.865.462,95	R\$ 37.798.873,25	15,52%
2019	R\$ 7.005.801,25	R\$ 41.365.929,36	16,94%
2020	R\$ 6.526.568,67	R\$ 43.674.356,04	14,94%
2021	R\$ 8.218.344,94	R\$ 51.051.104,20	16,10%
2022	R\$ 10.265.955,00	R\$ 62.247.233,41	16,49%
CAGR	24,19%	13,64%	15,10%*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

3.2. Despesas municipais

Entre 2017 e 2022, Santa Tereza do Oeste apresentou eficiente controle das despesas orçamentárias até o ano de 2021. Porém, o aumento das despesas orçamentárias em 2022 fez com que o período analisado registrasse uma taxa de crescimento anual composto de 14,73%, superior à taxa crescimento das receitas de 13,31%, passando de R\$ 30,05 milhões para R\$ 58,16 milhões no período analisado, conforme exposto na Tabela 3.4.



Tabela 3.4. Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação à Despesa Orçamentária.

Ano	Despesas Correntes	Part. %	Despesas de Capital	Part. %	Despesa orçamentária
2017	R\$ 30.050.079,15	86,61%	R\$ 4.647.560,85	13,39%	R\$ 34.697.648,00
2018	R\$ 33.499.273,52	82,84%	R\$ 6.936.954,37	17,16%	R\$ 40.436.227,89
2019	R\$ 37.728.334,82	86,58%	R\$ 5.847.570,22	13,42%	R\$ 43.575.905,04
2020	R\$ 37.953.421,05	81,16%	R\$ 8.809.889,49	18,84%	R\$ 46.763.310,54
2021	R\$ 42.986.323,45	87,64%	R\$ 7.107.283,39	14,49%	R\$ 49.050.835,35
2022	R\$ 58.163.480,94	84,33%	R\$ 11.141.770,12	16,15%	R\$ 68.969.565,39
CAGR	14,12%	84,86%*	19,11%	15,88%*	14,73%

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

A Tabela 3.5 apresenta o comparativo da evolução da receita e despesa orçamentária, assim como o resultado orçamentário do período, onde se observa que de 2017 a 2021 houve uma grande evolução do superávit orçamentário (diferença entre receitas e despesas), passando de R\$ 1,18 para R\$ 4,64 milhões. Porém, no ano de 2022 o município apresentou um Déficit de R\$- 1,95 milhões devido ao aumento das despesas orçamentárias terem sido maiores que a da receita orçamentária

Assim como no panorama observado do superávit orçamentário, o equilíbrio orçamentário, que expressa a razão entre superávit orçamentário e receita orçamentária, registrou índice de 8,65% em 2021, acima da média do período, de 5,39%, porém em 2022 apresentou um índice de -2,91%.

A razão entre despesa e receita foi, na média do período, de 94,61%, alcançando o melhor índice em 2021, de 91,35%. Em 2022, o município apresentou o pior equilíbrio financeiro da série histórica observada, de 102,90%, mostrando que neste ano houveram mais despesas que receitas.

Tabela 3.5. Receitas, despesas e superávit orçamentário, 2017 a 2021.

Ano	Receita Orçamentária	Despesa Orçamentária	Superávit Orçamentário	Despesa/ Receita (%)	Equilíbrio Orçamentário
-----	----------------------	----------------------	------------------------	----------------------	-------------------------

2017	R\$ 35.884.267,43	R\$ 34.697.648,00	R\$ 1.186.619,43	96,69%	3,31%
2018	R\$ 43.013.834,95	R\$ 40.436.227,89	R\$ 2.577.607,06	94,01%	5,99%
2019	R\$ 44.521.860,75	R\$ 43.575.905,04	R\$ 945.955,71	97,88%	2,12%
2020	R\$ 50.223.353,16	R\$ 46.763.310,54	R\$ 3.460.042,62	93,11%	6,89%
2021	R\$ 53.693.108,82	R\$ 49.050.835,35	R\$ 4.642.273,47	91,35%	8,65%
2022	R\$ 67.019.021,31	R\$ 68.969.565,39	-R\$ 1.950.544,08	102,91%	-2,91%
CAGR	13,31%	14,73%	31,37%	94,61%*	5,39%*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

3.3. Indicadores de finanças públicas

A seguir será apresentada uma sequência de indicadores que refletem a saúde financeira do município e sua capacidade de investimento.

3.3.1. Indicador de Dependência

O Indicador de Dependência, demonstrado na Tabela 3.6. revela o quanto o município depende das receitas transferidas pelos demais entes para cobrir a despesa orçamentária do município. Este índice é dado pelo quociente entre receitas transferidas e despesa orçamentária. Quanto maior o indicador, mais o município depende de transferências, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para arcar com suas despesas anuais.

Tal índice passou de 0,77 em 2017, para 0,71 em 2022, com média de 0,75 no período. Observa-se que no ano de 2021 o índice chegou a 0,83, maior índice do período, mostrando que o superávit orçamentário observado na tabela 3.5. foi causado pelo aumento das receitas transferidas. Nota-se também que o déficit em 2022 foi causado pelo aumento das despesas orçamentárias, já que neste ano ainda houve aumento das receitas transferidas em comparação a 2021.

A taxa de crescimento anual das receitas transferidas de 12,92% expressa que Santa Tereza do Oeste aumentou sua dependência das transferências nos últimos anos.

Tabela 3.6. Indicador de Dependência, 2017 a 2021.

Ano	Receita Transferida (A)	Despesa Orçamentária (B)	Indicador (A/B)
------------	------------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

2017	R\$ 26.597.094,62	R\$ 34.697.648,00	0,77
2018	R\$ 29.340.526,27	R\$ 40.436.227,89	0,73
2019	R\$ 31.629.584,31	R\$ 43.575.905,04	0,73
2020	R\$ 34.492.161,67	R\$ 46.763.310,54	0,74
2021	R\$ 40.546.210,50	R\$ 49.050.835,35	0,83
2022	R\$ 48.821.079,67	R\$ 68.969.565,39	0,71
CAGR	12,92%	14,73%	0,75*

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

3.3.2. Indicador de Financiamento dos Gastos

O Indicador de Financiamento dos Gastos, expresso na Tabela 3.7., demonstra o quanto a receita tributária representa das despesas correntes. Quanto maior o número, menor a autonomia do município para arcar com seus gastos.

Entre 2017 e 2021, a média do indicador foi de 6,07 alcançando o patamar de 5,23 em 2021, beneficiado por uma taxa de crescimento das receitas tributárias maior que das despesas.

Tabela 3.7. Indicador de Financiamentos dos Gastos, 2017 a 2021.

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A/B)
2017	R\$ 30.050.079,15	R\$ 3.475.708,59	8,65
2018	R\$ 33.499.273,52	R\$ 5.865.462,95	5,71
2019	R\$ 37.728.334,82	R\$ 7.005.801,25	5,39
2020	R\$ 37.953.421,05	R\$ 6.526.568,67	5,82
2021	R\$ 42.986.323,45	R\$ 8.218.344,94	5,23
2022	R\$ 57.827.795,27	R\$ 10.265.955,00	5,63
CAGR	13,99%	24,19%	6,07

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.



3.3.3. Indicador de Poupança

O Indicador de Poupança representa o déficit ou superávit público, constituindo-se como o quociente entre a receita corrente e a despesa corrente. Índices superiores a “1” expressam cenários superavitários, enquanto resultados inferiores a “1” expressam déficit público.

Tabela 3.8. Indicador de Poupança do município, 2017 a 2021.

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A/B)
2017	R\$ 32.839.835,78	R\$ 30.050.079,15	R\$ 145.894,00	1,09
2018	R\$ 37.798.873,25	R\$ 33.499.273,52	R\$ 105.279,70	1,13
2019	R\$ 41.365.929,36	R\$ 37.728.334,82	R\$ 70.212,75	1,10
2020	R\$ 43.674.356,04	R\$ 37.953.421,05	R\$ 108.032,57	1,15
2021	R\$ 51.051.104,20	R\$ 42.986.323,45	R\$ 122.809,65	1,19
2022	R\$ 62.247.233,41	R\$ 57.827.795,27	R\$ 122.810,65	1,08

*Média do período

Fonte: Siconfi, 2023.

Observa-se através da tabela 3.8 que o indicador de superávit orçamentário cresceu de 2017 a 2022, chegando a 1,08. O superávit orçamentário constante até 2021 expressa que Santa Tereza do Oeste começou a estabilizar o crescimento de receitas e administração de despesas para diminuir sua dependência. A oscilação já observada em 2022, fazendo o índice cair de 1,19 a 1,08, devido ao aumento das despesas orçamentárias terem sido maiores que o das receitas orçamentárias.

3.3.4. Indicador de Capacidade de Investimento

O Indicador de Capacidade de Investimento de Santa Tereza do Oeste está composto na Tabela 3.9., que expressa as principais variáveis do balanço financeiro do município. A Capacidade de Investimento do município é analisada pela diferença entre a Receita Efetiva e a somatória das despesas correntes e dos gastos com amortização da dívida.

**Tabela 3.9.** Capacidade de Investimento, 2017 a 2021.

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Orçamentária	R\$ 35.884.267,43	R\$ 43.013.834,95	R\$ 44.521.860,75	R\$ 50.223.353,16	R\$ 53.693.108,82	R\$ 67.019.021,31
Receita Corrente	R\$ 32.839.835,78	R\$ 37.798.873,25	R\$ 41.365.929,36	R\$ 43.674.356,04	R\$ 51.051.104,20	R\$ 69.657.674,84
Transferência Corrente	R\$ 26.597.094,62	R\$ 29.340.526,27	R\$ 31.629.584,31	R\$ 34.492.161,67	R\$ 40.546.210,50	R\$ 56.231.521,10
Receita Efetiva*	R\$ 32.839.835,78	R\$ 37.798.873,25	R\$ 41.365.929,36	R\$ 43.674.356,04	R\$ 51.051.104,20	R\$ 69.657.674,84
Despesa Corrente	R\$ 30.050.079,15	R\$ 33.499.273,52	R\$ 37.728.334,82	R\$ 37.953.421,05	R\$ 42.986.323,45	R\$ 57.827.795,27
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Investimentos	R\$ 3.700.218,06	R\$ 5.379.430,42	R\$ 4.515.498,58	R\$ 7.478.188,38	R\$ 4.215.523,35	R\$ 9.270.960,53
Amortização da Dívida	R\$ 947.350,79	R\$ 1.557.523,95	R\$ 1.332.071,64	R\$ 1.331.701,11	R\$ 1.848.988,55	R\$ 1.870.809,59
Despesa corrente + amortização	R\$ 30.997.429,94	R\$ 35.056.797,47	R\$ 39.060.406,46	R\$ 39.285.122,16	R\$ 44.835.312,00	R\$ 59.698.604,86
Capacidade de Investimento**	R\$ 1.842.405,84	R\$ 2.742.075,78	R\$ 2.305.522,90	R\$ 4.389.233,88	R\$ 6.215.792,20	R\$ 9.959.069,98
Capacidade de Investimento (%)	5,61%	7,25%	5,57%	10,05%	12,18%	14,30%

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, 2021.

*Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

** Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)



Entre 2017 e 2022, a receita efetiva do município teve uma taxa de crescimento anual de 16,23%, ao passo que a taxa das despesas correntes e amortizações aumentaram, em média, 14,01% ao ano, com impacto positivo sobre a saúde financeira do município.

A partir deste resultado, a capacidade de investimento de Santa Tereza do Oeste subiu de R\$ 1,84 milhões, em 2017, para R\$ 9,95 milhões em 2022, com taxa de crescimento média de 40,14% ao ano.

Tabela 3.10. Capacidade de Investimento, variação de indicadores 2017 a 2021.

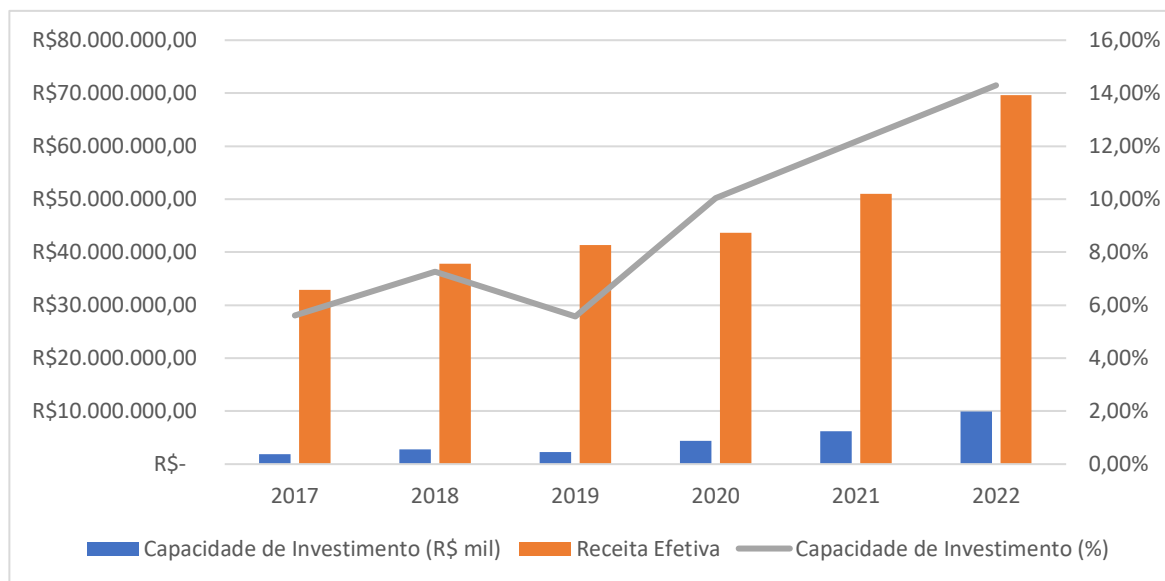
Indicadores	CAGR 2017-2021
Receita Orçamentária	13,31%
Receita Corrente	16,23%
Transferência Corrente	16,15%
Receita Efetiva	16,23%
Despesa Corrente	13,99%
Operações de Crédito	0,00%
Investimentos	20,17%
Amortização da Dívida	14,58%
Despesa corrente + amortização	14,01%
Capacidade de Investimento	40,14%

Fonte: Siconfi, 2021.

Estes resultados evidenciam a melhora da capacidade de investimento do município, sendo fator importante para a implantação das ações previstas no Plano Diretor Municipal.

A Figura 3.1. ilustra o comparativo da capacidade de investimento, absoluta (R\$ mil) e relativa (%), e os investimentos efetivamente realizados no município, sendo possível observar que os últimos três anos da série (2020-2023) tiveram resultados superiores aos anos anteriores (2017- 2019).

Figura 3.1. Capacidade de investimento e investimentos efetivamente realizados em Santa Tereza do Oeste, de 2017 a 2022.



Estes resultados evidenciam a melhora da capacidade de investimento do município, sendo fator importante para a implantação das ações previstas no Plano Diretor Municipal.

3.4. Considerações

Após a análise dos principais aspectos das receitas, despesas e indicadores das finanças públicas municipais, cabe destacar os resultados mais significativos extraídos a partir dos balanços das contas públicas de Santa Tereza do Oeste:

- A receita orçamentária apresentou ganhos reais entre 2017 e 2022, com taxa de crescimento anual médio de 13,44%;
- O município possui elevada dependência das transferências constitucionais, que representaram, em média, 82,74% da receita orçamentária;
- Apesar da significativa expansão das receitas tributárias, com taxa de crescimento médio de 24,19% ao ano, sua participação na composição das receitas correntes ainda é baixa, limitando a autonomia de Santa Tereza do Oeste na geração de receitas próprias;
- O município apresentou eficiente controle das despesas orçamentárias até o ano de 2021. Porém, o aumento das despesas orçamentárias em 2022 fez com que o



período analisado registrasse uma taxa de crescimento anual composto de 14,73%, superior à taxa crescimento das receitas de 13,31%

- Apesar do déficit de R\$ 1,95 milhões em 2022, ampliação do superávit orçamentário nos últimos anos permitiu o aumento da capacidade de investimento do município, ainda que este indicador permaneça baixo, em termos absolutos;
- Com estes resultados, entende-se que, mantendo-se o eficiente controle sobre a despesa orçamentária, o município terá melhores condições de implantar as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal.



4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES

Segundo o Art. 43 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) os instrumentos legais para garantir a gestão democrática da cidade são:

- Órgãos colegiados;
- Realização de debates, audiências públicas e consultas públicas;
- Conferências para os assuntos de interesse urbano; e
- Iniciativa popular de projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Dentre eles, os Conselhos Municipais são os veículos mais apropriados para a tradução do anseio popular e para o controle social da gestão pública. Com integrantes da sociedade civil e do poder público, constituem-se como meios mais efetivos para tratar dos assuntos de interesse coletivo e enfrentamento dos desafios que o desenvolvimento e o crescimento urbano apresentam.

Quadro 4.1. Conselhos Municipal de Santa Tereza do Oeste

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Santa Tereza do Oeste/Pr., que têm por designação abreviada – CONSEG Lei 2108/2018	Administração Pública	Deliberativos consultivos	Organizar a comunidade e interagir de forma eestritamente técnica e privilegiada com os órgãos de segurança pública	Diretoria Executiva, Presidente, Vice-presidente, secretários, Tesoureiros, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Conselho de Ética e Disciplina, Membros Natos, Membros Efetivos e Membros Convidados.
Conselho Municipal da Habitação, institui o Fundo Municipal da Habitação, que têm por designação abreviada FMH Lei N° 775/09	Administração Pública	Deliberativas, consultivas, informativas, normativas fiscalizadoras	Definir prioridades de investimentos na habitação, elaborar, acompanhar e fiscalizar a execução de políticas habitacionais, participar em ações para melhorar assentamentos precários, garantir acesso à moradia para famílias de baixa renda, coordenar e apoiar entidades do setor habitacional, estimular a participação popular nas políticas habitacionais e seu controle social	Representantes do Poder Municipal Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretária Municipal de Assistência Social, Câmara Municipal de Vereadores. Representantes da Sociedade Civil, Associação Comercial e Industrial, Associação dos Servidores, Associação dos Estudantes, Sindicato dos Professores. Representantes dos movimentos sociais, Provopar Bem-Estar Social Pastoral da Criança, Clube de Mães, Clube do Vovô.

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
Conselho da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal Lei N° 890/2011	Administração Pública	Procurador Jurídico	Oferecer orientação jurídica aos órgãos públicos, representar legalmente o órgão em processos judiciais e administrativos, elaborar e revisar documentos legais, como contratos e pareceres, atuar no contencioso administrativo, lidando com recursos e contestações, prevenir litígios ao identificar e resolver problemas legais antes que se tornem conflitos, participar de negociações e mediações para resolver disputas de forma amigável.	Procurador Jurídico
Conselho Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa que têm por designação abreviada CMDPI Lei N° 2051/2017	Assistência Social	Permanente, Paritário, Deliberativo, Formulador Controlador das políticas públicas	Proteger os direitos, propor políticas, fiscalizar sua implementação, garantir o cumprimento das leis, promover eventos e estudos sobre o tema, gerenciar um fundo específico, participar na elaboração do orçamento municipal, divulgar os direitos das pessoas idosas e convocar conferências sobre o assunto.	Plenária, Mesa Diretora; Presidente, Vice-Presidente; Secretário, Vice-Secretário; Tesoureiro, Vice tesoureiro
Conselho Municipal e Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente Lei N° 127/93	Assistência Social	Normativa, consultiva, controladora e fiscalizadora	Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixar prioridades e ampliar recursos para a execução das ações, zelar pela execução da política, considerando as necessidades das crianças, adolescentes, famílias e comunidades, estabelecer critérios de fiscalização das ações governamentais e não	Representante da Divisão de Saúde, Representante da Divisão de Ação Social, Representante da Divisão de Finanças, Dois representantes da Divisão Municipal de Educação, Um representante da Associação dos Servidores Públicos – ASSERTO, Cinco representantes de

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
			governamentais, registrar entidades que mantenham programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, regular e coordenar a escolha e posse dos membros do Conselho Tutelar, gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, captando e administrando recursos para benefício das crianças e adolescentes conforme deliberações do conselho	entidades da sociedade civil organizada ligadas à defesa ou ao entendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Um representante da APMI, Um representante da APAE, Um representante do PROVOPAR, Um representante da Pastoral da Criança, Um representante da APM Estadual, Um representante da APM Municipal
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso que têm por designação abreviada CMDI Lei N° 547/05	Assistência Social	Colegiada, consultiva, deliberativa e fiscalizadora	Formular a política de defesa dos direitos dos idosos, Definir prioridades e aplicação de recursos públicos para políticas sociais aos idosos, acompanhar o orçamento municipal, propor modificações na política formulada, analisar a aplicação dos recursos sob sua competência. Eleger seus dirigentes, elaborar o Regimento Interno para seu funcionamento	Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Trabalho, Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo, Secretaria Municipal de Justiça, Organizações não governamentais (ONGs), Entidades representativas da sociedade civil
Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente que têm por designação abreviada CMDCA	Assistência Social	Deliberativo, controlador e fiscalizador	Administra os recursos para programas de direitos da criança e do adolescente, autoriza a utilização desses recursos, envio de relatórios financeiros semestrais, registra os recursos destinados às crianças e adolescentes, controla as aplicações financeiras, zela pelo	Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, representante da Secretaria Municipal de Saúde, representante da Secretaria Municipal de Educação, representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer,

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
Lei Nº 2099/2018.			cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, atende e aconselha crianças, adolescentes e pais, promove a execução de suas decisões e encaminha casos à autoridade competente, encaminha infrações aos órgãos competentes	representante da Secretaria Municipal de Finanças, representante da Secretaria Municipal de Administração, representantes de entidades não governamentais de atendimento a criança e ao adolescente, representantes de Associações de Pais, Professores e Servidores, vinculadas a rede municipal, estadual e particular de educação e Instituições de Ensino Superior Privadas
Conselho Municipal de Assistência Social que têm por designação abreviada CMAS Lei Nº 829/2010	Assistência Social	Não-contributiva, deliberativa	Aprovar a Política Municipal de Assistência Social e definir prioridades de aplicação dos programas e projetos, Estabelecer critérios, formas e meios de controle da Assistência Social no município, Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos e o desempenho dos programas aprovados, Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social a cada dois anos para avaliar a política municipal e propor diretrizes para seu aperfeiçoamento, Fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, dentre outras responsabilidades	Conselho Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social, e outras entidades não governamentais atuantes na área.
Conselho Municipal de Cultura que têm	Cultura	Deliberativo, consultivo fiscalizador	Formular e aprovar políticas culturais para o município, definir prioridades e gerir os recursos públicos destinados à cultura,	Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Representante da Secretaria Municipal da Administração,

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
por designação abreviada CMC Lei N° 861/11			acompanhar atividades culturais municipais e conveniadas, estabelecer normas para financiamento de projetos culturais, avaliar projetos culturais internos, propor normas para convênios e orçamento anual, atualizar seu regimento interno, contribuir para melhorias na legislação cultural, administrar o Fundo Municipal de Cultura, emitir pareceres e propostas sobre assuntos culturais, sensibilizar a comunidade para investimentos em cultura, proteger e promover o patrimônio cultural do município, democratizar e descentralizar atividades culturais, facilitar a comunicação com a comunidade. Incentivar eventos culturais e oficinas, colaborar na elaboração do Plano Anual de ações culturais, promover a defesa do patrimônio histórico e artístico, propor convênios com instituições públicas e privadas, resgatar a memória histórico-cultural do município, propor legislação para captação de recursos culturais, desenvolver outras atribuições culturais, fiscalizar a gestão de recursos do Fundo Municipal de Cultura	Representante da Secretaria Municipal de Finanças, Representante da Secretaria Municipal de Ação Social, Representante da Secretaria Municipal de Educação, Representante do Poder Legislativo, Representante das entidades culturais (Folclore, Artesanato, etc.), Representante de entidade não governamental, Representante da Associação Comercial/Industrial, Representante de órgão de imprensa escrita, Representante de órgão de imprensa falada
Conselho Municipal de Educação	Educação	Deliberativo, consultivo,	Assessorar a Secretaria Municipal de Educação na formulação de políticas e planos	Um representante da Administração Pública Municipal, Um representante da

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
Lei N° 1.097/2016		controlador fiscalizador	educacionais, Aprovar e implementar o Plano Municipal de Educação, Elaborar e revisar o Regimento Interno do Conselho, Monitorar o censo anual da população em idade escolar e sugerir soluções para garantir seu atendimento, Garantir o cumprimento das Diretrizes e Bases da Educação, além das orientações do Conselho Nacional e Estadual de Educação, Estabelecer parcerias com organizações da sociedade que possam contribuir para o avanço da educação local	Secretaria Municipal de Educação, Um representante dos Diretores das Unidades Escolares Municipais, Um representante dos Diretores das Unidades Escolares Estaduais do Ensino Fundamental anos finais, Um representante dos Diretores das Unidades Escolares Estaduais do Ensino Médio., Um representante dos Professores Públicos Municipais atuantes no Ensino Fundamental anos iniciais, Um representante dos Professores Públicos Municipais e/ou Educadores Infantis atuantes no Centro Municipal de Educação Infantil, Um representante de Pais ou Responsáveis por aluno regularmente matriculado na rede de ensino do Município de Santa Tereza do Oeste, Um representante da Equipe Administrativa Escolar, Um representante da Sociedade Civil Organizada, indiretamente ligada à Educação
Conselho De Alimentação Escolar que têm por designação abreviada CAE		Deliberativo, fiscalizador e assessoramento	Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos para o PNAE, zelar pela qualidade dos produtos, desde a aquisição até a distribuição, garantindo boas práticas higiênicas e sanitárias, Receber, analisar e	Um representante do Poder Executivo, um representante do Poder Legislativo, Dois representantes dos Professores, Dois representantes de Pais de alunos, um

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
Lei Nº 353/2001			encaminhar ao FNDE as prestações de contas do PNAE, com parecer conclusivo	representante de outro segmento da sociedade local
Comitê Municipal do Transporte Escolar Lei Nº 1.093/2016	Educação	Responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do transporte escolar, realizar visitas técnicas para verificar a adequação e regularidade do transporte, verificar a regularidade dos procedimentos e encaminhar problemas identificados às autoridades competentes Programa de Transporte Escolar (PETE) no município	Analisar os Relatórios Bimestrais de controle do transporte diário dos alunos, verificar a correta aplicação dos recursos do transporte escolar, realizar visitas técnicas para verificar a adequação e regularidade do transporte, verificar a regularidade dos procedimentos e encaminhar problemas identificados às autoridades competentes	Um representante da Secretaria Municipal de Educação, um representante dos diretores da rede estadual de ensino, um representante dos diretores da rede municipal de educação, um representante de pais de alunos.
Conselho Municipal Antidrogas que têm por designação abreviada COMAD Lei Nº 862/2011	Saúde	Deliberativo de assessoramento	Instituir e desenvolver o Programa Municipal Antidrogas (PROMAD), propor convênios e parcerias para combater o uso de drogas, estimular programas de prevenção e recuperação de dependentes, Assessorar o Poder Executivo na execução da política antidrogas. Manter estrutura administrativa de apoio à prevenção, estabelecer fluxos de informações com outros órgãos antidrogas, sugerir inclusão de temas antidrogas nos currículos escolares, acompanhar o desempenho dos órgãos públicos na assistência a dependentes.	Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esporte, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação Secretaria da Ação Social, Representante do Poder Legislativo, Representantes do Poder Estadual; Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Conselho Tutelar, Paróquia da Igreja Católica, Igrejas Evangélicas

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
			Estimular estudos e pesquisas sobre drogas, aprovar e fiscalizar atividades propostas por órgãos públicos e pela sociedade civil	
Conselho Municipal De Saúde Lei Nº 2189/2020	Saúde	Permanente deliberativo	Formular a política municipal de saúde com base nas diretrizes da Conferência Municipal de Saúde, Planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde, Aprovar a instalação e funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, seguindo as diretrizes do plano municipal de saúde, Fortalecer a participação e o controle social no SUS, mobilizando e articulando a sociedade permanentemente na defesa dos princípios constitucionais do SUS, Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento, Discutir, elaborar e aprovar propostas para a operacionalização das diretrizes das Conferências de Saúde, Atuar na formulação e controle da execução da política de saúde, incluindo aspectos econômicos e financeiros, propondo estratégias para sua aplicação nos setores público e privado, Definir diretrizes para a elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre seu conteúdo, adaptando-os às diversas situações epidemiológicas e à capacidade organizacional	Conselheiros eleitos pelo segmento dos usuários, Conselheiros eleitos pelo segmento dos trabalhadores na área da saúde, Conselheiros do segmento dos prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos, Conselheiros do segmento governamental

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
			dos serviços, Anualmente, deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão, Proceder à revisão periódica dos planos de saúde, Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, Avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Municipal, Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, considerando as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos, Fiscalizar e controlar gastos, deliberando sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com prestação de contas e informações financeiras, Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, encaminhando denúncias aos órgãos de controle interno e externo, Examinar propostas e denúncias de irregularidades, responder a consultas sobre assuntos pertinentes à saúde e apreciar recursos relacionados as deliberações do	

Conselho	Área de atuação	Natureza	Atribuição geral	Composição
			Conselho, Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgando as funções e competências do Conselho de Saúde, Incluir na pauta de reunião a prestação de contas do gestor a cada quadrimestre, abrangendo relatórios detalhados sobre o andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, aplicação dos recursos, auditorias, produção e oferta de serviços na rede assistencial	



Observa-se que o município apresenta 14 Conselhos Municipais instituídos, dos quais:

- Todos foram regulamentados por lei específica;
- Todos estão ativos, atuando de forma indireta no desenvolvimento urbano municipal de Santa Tereza do Oeste, cujas ações concentradas nas políticas setoriais de saúde, assistência social, cultura e educação;
- Dos departamentos existentes no município, 5 gerem ou possuem vínculo administrativo com os Conselhos Municipais.

5. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A presente síntese da análise temática integrada está pautada nas quatro dimensões da sustentabilidade, quais sejam: AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICA e INSTITUCIONAL, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos objetivos e diretrizes, serão detalhados nos produtos 2.14 (Objetivos para o desenvolvimento sustentável) e 2.15 (Reordenamento territorial), respectivamente.

O Quadro 5.1 abaixo, demonstra os componentes-síntese analisados sistematicamente neste produto, para cada dimensão da sustentabilidade.

Quadro 5.1. Componentes-síntese para cada dimensão da sustentabilidade.

Dimensões Da Sustentabilidade	Componentes- Síntese Analisados	Produtos
Ambiental	• Áreas Aptas, aptas com Restrições e Inaptas: Áreas de Preservação Permanente, Geologia, Declividades acima de 45%, cobertura vegetal, fauna e flora)	2.4 - Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos
Socioespacial	• Uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios e ocupações irregulares); • Equipamentos comunitários (educação e cultura, agricultura, assistência social e saúde); • Infraestrutura de energia elétrica e • saneamento (água, esgoto e resíduos); • Infraestrutura viária (mobilidade, acessibilidade e arruamento/pavimentação;	2.5 - Uso e Ocupação Atual do Solo 2.6 - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos 2.7 - Uso e ocupação do solo atual x capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos 2.8 - Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas,

		equipamentos e serviços públicos
		2.9 - Condições gerais de moradia e fundiárias
		2.10 - Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana
Econômica	• Crescimento populacional e demografia; • Emprego e renda • Capacidade de investimento do município	2.6 - Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos 2.9 - Condições gerais de moradia e fundiárias 2.11 - Capacidade de investimento do município
Institucional	• Planejamento e Gestão Urbana • Estruturação dos Órgãos de Aconselhamento	2.3 - Planejamento e Gestão Urbana no Município 2.16 - Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais

5.1. Aspectos Ambientais

A análise dos Aspectos Ambientais, explicitadas no Produto 2.4 (Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos), foi embasada a partir do cruzamento das principais restrições ambientais incidentes sobre a área municipal e urbana do município de Santa Tereza do Oeste, tais como: declividade, restrições hidrológicas e restrições geológico-geotécnicas.

As restrições de ocupação referente a declividade se dão em áreas com declividade maior que 45%, o que não ocorre no município.

O município de Santa Tereza do Oeste é bastante irrigado, sendo que o mesmo está inserido em duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Paraná 3 ao norte e a Bacia do Rio Iguaçu ao sul.



Os rios e córregos do município componentes da Bacia Paraná 3 são: Rio São Francisco Falso e seus afluentes; Rio Central e seus afluentes; Rio Cará e seus afluentes da margem esquerda; os Córregos Braço Norte e Amendoim e seus afluentes; os Córregos Três Alqueires e Separação e seus afluentes; o Córrego Guavirá, Santa Tereza e Piris e seus afluentes; os Córregos Descoberto e Engano e seus afluentes. Fechando a porção Norte, ocorre na zona limítrofe desse extremo norte, o Rio São Francisco.

Os rios e córregos da Bacia do Rio Iguaçu, portanto na porção sul do Município, são: o Rio Gonçalves Dias e seus afluentes; o Rio da Paz (limite leste do município) e seus afluentes; o Córrego Jumelo; o Córrego do Boi Preto e seus afluentes; o Córrego Saltinho e seus afluentes da margem direita, o Córrego Gramadinho e seus afluentes da margem direita; os córregos, Liberal, Sacura, Pombal e Mangabeira e seus afluentes).

Em relação à Flora, o município apresenta um levantamento realizado para a elaboração do Plano Diretor Municipal vigente até o momento, mostra que durante as décadas de 60 e 70, o território do município foi quase totalmente devastado pela ausência de planejamento, através da extração madeireira e das atividades agropecuárias. Atualmente é possível identificar que grande parte do território é coberta por áreas de plantio e pasto e que apenas 25% é coberta por florestas, matas e bosques.

em relação à Fauna o município não apresenta levantamento sobre as espécies presentes, porem devido ao desmatamento da flora para a prática da agricultura acarretou agressão e/ ou destruição do habitat de diversos animais e aves.

O município de Santa Tereza do Oeste não conta com nenhuma Unidade de Conservação de Jurisdição estadual ou federal, porem se ressalta que o município apresenta em sua divisa o Parque Nacional do Iguaçu.

5.2. Aspectos Socioespaciais

Os Aspectos Socioespaciais foram sintetizados a partir de dados relativos ao uso e ocupação do solo (uso, terrenos vazios, parcelamentos e ocupação irregulares); equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer); infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água, esgoto e coleta de resíduos sólidos) e de infraestrutura viária (mobilidade e acessibilidade urbana e regional); aglomerações urbanas intermunicipais; inserção urbana regional e patrimônio cultural e paisagem.



5.2.1. Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do solo de Santa Tereza do Oeste apresentado no Produto 2.5 (Uso e Ocupação Atual do Solo) quando analisado em escala municipal e alinhado com o Macrozoneamento da Lei Municipal nº 2000/2016, constata-se que as atuais divisões restringem a produção agropecuária em algumas áreas, a apresentação do macrozoneamento se dá de forma confusa e de difícil compreensão o que pode induzir a erros de interpretação. Portanto, o presente Macrozoneamento apresenta a necessidade de atualização.

O perímetro urbano da Sede é dividido em doze zonas determinadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 2.002/16). O principal uso permitido na área urbana de Santa Tereza do Oeste é o residencial, principalmente unifamiliar, o que é compatível com o perfil atual de ocupação.

5.2.2. Equipamentos Comunitários

5.2.2.1. Equipamentos de Educação

Conforme o Produto 2.6 (Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos) quanto aos equipamentos de Educação, o município de Santa Tereza do Oeste oferta Educação Básica, as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental Fase I (1º ao 5º ano) são ofertadas pela rede municipal de ensino. O Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio são ofertados nas Escolas Estaduais existentes no município.

No município a Educação Infantil é atendida, em três Centros Municipais, sendo que o Centro Municipal de Educação Infantil Natalino Redivo e o Centro Municipal de Educação Infantil Marianno Otto estão localizados na área urbana e o Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz está localizado no distrito de Santa Maria. Todos os Centros Municipais de Educação Infantil contam com infraestrutura adequada para oferta desta etapa de ensino.

A educação básica municipal é ofertada pelas Escolas Helio Balarotti, Nossa Senhora do Carmo e Levino Jorge Weidmann, que atendem ao 1º ao 5º ano. Os anos finais da educação básica e ensino médio são ofertados na sede pelas Escolas Santa Tereza do Oeste e Arthur Agotini e no distrito pela Escola Santa Maria.



5.2.2.2. Equipamentos de Saúde

A saúde pública em Santa Tereza do Oeste é uma prioridade, com investimentos e atenção crescentes para oferecer atendimento de qualidade e prevenir agravos à saúde da população. A Secretaria Municipal de Saúde divide seu funcionamento em diferentes áreas, como epidemiologia, atenção básica, vacinação, internamentos hospitalares, entre outros.

As principais causas de mortalidade são doenças do aparelho circulatório, neoplasias e causas externas, muitas relacionadas às quatro principais doenças crônicas não transmissíveis. A taxa de mortalidade infantil é monitorada, sendo importante indicador da qualidade de vida e eficácia dos serviços públicos. A mortalidade materna também é acompanhada, sendo causada por fatores relacionados ou agravados pela gravidez.

A vacinação é uma ação importante para reduzir morbidades e mortalidades por doenças transmissíveis, com índices de cobertura vacinal acima de 100% no município. A atenção básica é essencial, sendo a porta de entrada para os usuários e fundamental para a integração com a Rede de Atenção à Saúde, seguindo os princípios do SUS.

O município conta com unidades de atenção primária em saúde (UAPS) próximas às áreas de moradia da população. Além disso, serviços como fisioterapia e fonoaudiologia são terceirizados, enquanto psicólogos e nutricionistas são servidores concursados. Consultas com especialistas são realizadas por meio de consórcios intermunicipais de saúde.

A Vigilância em Saúde é responsável por ações de prevenção, detecção e controle de doenças, incluindo vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador. O município também enfrenta desafios, como o combate à dengue, com ações intensificadas nos períodos de maior incidência da doença.

5.2.2.3. Equipamentos de Assistência Social

A Assistência Social em Santa Tereza do Oeste é regida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O município conta com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e outras instâncias específicas para direitos da criança, adolescente e pessoa idosa.

A Proteção Social Básica é oferecida pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), com foco na prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a Proteção Social Especial atende famílias e indivíduos em



situação de risco pessoal e social, com serviços mais individualizados e complexos, como o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) para média complexidade.

A Proteção Social de Alta Complexidade é garantida pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que acolhe crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, com possibilidade de retorno à família de origem ou encaminhamento para adoção. O orçamento público é estratégico para a implementação dessas políticas, com recursos previstos para fortalecer a gestão do SUAS e a qualidade dos serviços oferecidos.

5.2.3. Serviços Urbanos de Energia Elétrica e Saneamento

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pela concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em Santa Tereza do Oeste. A mesma atende 100% dos domicílios da zona urbana, de modo geral o atendimento de energia elétrica no município é satisfatório.

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é concessionária do serviço de abastecimento de água no município. O abastecimento público da localidade da sede de Santa Tereza do Oeste é realizado com água captada de 02 poços artesianos e o Distrito de Santa Maria e abastecido pela captação de 01 poço artesiano. A rede de abastecimento de água tratada da Sanepar está disponível para 100% da população urbana, o sistema de tratamento de água é feito logo após a captação no poço e a água é apropriada para consumo humano.

Já nas localidades rurais, o abastecimento de água é realizado através de captação de águas superficiais ou em poços tubulares profundos, em sua maioria sem tratamento.

O município apresenta sistema de esgotamento sanitário desde 2021, porem observa-se que o mesmo ainda se apresenta em processo de finalização não atendendo todo a sede urbana.

A coleta, transporte e operação dos resíduos sólidos são realizados pelos colaboradores e equipamentos próprios da Secretaria de Infraestrutura até o terminal de transbordo localizado em unidade rural com distância de 4 quilômetros da sede municipal, acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os serviços de varrição urbana são realizados duas vezes por semana no centro, uma vez por dia nos bairros e uma vez por semana no distrito de Santa Maria, atendendo a 100% da população urbana.



5.2.4. Infraestrutura Viária

A rede viária urbana de Santa Tereza do Oeste apresenta traçado ortogonal, cujo desenho é facilitado pela ausência de condicionantes naturais significativas, como declividades acentuadas e cursos d'água.

As principais vias do município se constituem tanto como eixos de entrada da cidade quanto como corredores comerciais e de equipamentos públicos, impactando no tráfego e na sua importância local, que trata da localização dos equipamentos atratores de tráfego na área central. São elas:

- BR – 277, passa junto ao Distrito-Sede, sendo concessão da empresa Eco Cataratas;
- BR – 163, corta o Distrito de Santa Maria;
- BR – 586, dá acesso ao Distrito e a rodovia BR -163, cruza a cidade até a BR-277, seguindo para norte;
- Av. Brasília, via arterial que corta a área urbana de Leste a Oeste, a qual se conecta com a BR-277;
- Av. Paraná, via arterial que liga a Avenida Brasília a BR 277;
- Rua Chile, via arterial que liga a BR-163 a Av. Brasília.

O arruamento de Santa Tereza do Oeste é bem dimensionado e conta com pavimentação asfáltica, pista de rolamento com circulação nos dois sentidos e faixas destinadas ao estacionamento de veículos,

A sinalização horizontal e vertical se encontram com um nível alto de degradação, sendo necessário a realização de manutenção.

5.3. Aspectos Econômicos

Este item sistematiza os Aspectos Socioeconômicos abordados no Produto 2.6, Produto 2.9 e Produto 2.11, referindo-se aos temas: crescimento populacional e demografia, emprego e renda, capacidade de investimentos e finanças públicas.

5.3.1. Crescimento Populacional e Demografia

O município de Santa Tereza do Oeste se localiza na Mesorregião Oeste Paranaense que compreende um conjunto de 50 municípios que abrangem uma área territorial de aproximadamente 2.290.859 hectares (11,5% da área estadual). Esta região está no Terceiro Planalto Paranaense e faz fronteira com a Argentina e o Paraguai.



Microrregião de Cascavel (MRG-23 ou RGI-06) está composta por 18 municípios, entre eles Santa Tereza do Oeste. A microrregião de Cascavel se caracteriza pelo decréscimo populacional. Dos dezoito municípios, doze tiveram sua população diminuída de 2000 para 2010 e a maioria dos municípios tem seu produto interno bruto per capita bem abaixo em relação à capital do Estado.

Em 2003 a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU-PR) lançou a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDU) para o Estado do Paraná e o Programa de Estruturação das Grandes Aglomerações e suas Regiões de Influência, onde Santa Tereza do Oeste estava inserido dentro da proposta de elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado para as regiões de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu – região número 04. Esta política de caráter regional, ainda vigente, visa a estruturação de suas regiões funcionais, considerando-as como áreas de forte articulação econômica e com relação estreitas entre os municípios.

5.3.2. Emprego e Renda

Considerado um centro local de baixa influência nos municípios vizinhos, o município de Santa Tereza do Oeste fica perto da cidade de Cascavel. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes para logística de transportes.

Santa Tereza do Oeste é o 8º município mais populoso da pequena região de Cascavel, com 13,2 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 582,1 milhões de reais, sendo que 31,3% do valor adicionado advém da indústria, na sequência aparecem as participações dos serviços (29%), da agropecuária (28,2%) e da administração pública (11,5%).

Com esta estrutura, o PIB per capita de Santa Tereza do Oeste é de R\$ 57,9 mil, valor superior à média do estado (R\$ 47,4 mil), da grande região de Cascavel (R\$ 52,4 mil) e da pequena região de Cascavel (R\$ 50,6 mil).

A economia do município tem como base principal a agricultura. Assim, as áreas do setor agrícola ocupam 67%. Em seguida, o setor da pecuária, que ocupa aproximadamente 11,85%.

Segundo o levantamento do Censo 2010 do IBGE quanto aos dados relativos a emprego, verifica-se que aproximadamente 49,93% da população é economicamente ativa. Dos 3.200 domicílios particulares permanentes, apenas 60 não tem rendimento.



Observa-se que das pessoas ocupadas, aproximadamente 44,36%, trabalham no setor de serviços, seguido pela indústria (22,44%), pela agropecuária (17,10%) e 8,32% no comércio.

O município possui 2,7 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de alimentador de linha de produção (255), seguido de professor de nível superior na educação infantil (156) e de motorista de caminhão (99). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,5 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 3,1 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Santa Tereza do Oeste pode ser considerada normal e é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 69,9% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 2,5%. Destacam-se que a composição de renda das classes mais baixas da cidade têm uma concentração 21,8 pontos percentuais maiores que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 14 pontos abaixo da média.

5.3.3. Capacidade de Investimento

Após a análise dos principais aspectos das receitas, despesas e indicadores das finanças públicas municipais, observa-se que a receita orçamentaria apresentou ganhos reais entre 2017 e 2022, com taxa de crescimento anual médio de 13,44%.

O município possui elevada dependência das transferências constitucionais, que representam, em média, 82,74% da receita orçamentaria. Apesar da significativa expansão das receitas tributárias, com taxa crescimento médio anual de 24,19% ao ano, a participação destes recursos na composição de receitas correntes ainda é baixa, limitando a autonomia de Santa Tereza do Oeste na geração de receitas próprias.

O município apresentou eficiente controle das despesas orçamentárias até o ano de 2021. Porém, o aumento das despesas orçamentárias em 2022 fez com que o período analisado registrasse uma taxa de crescimento anual composto de 14,73%, superior à taxa de crescimento das receitas de 13,31%.

Apesar do déficit de R\$ 1,95 milhões em 2022, ampliação do superavit orçamentário nos últimos anos permitiu o aumento da capacidade de investimento do município, ainda que este indicador permaneça baixo, em termos absolutos.



Com estes resultados, entende-se que, mantendo-se o eficiente controle sobre a despesa orçamentaria, o município terá melhores condições de implantar as ações decorrentes do Plano Diretor Municipal.

5.4. Aspectos Institucionais

Os aspectos institucionais foram abordados ao longo da presente revisão, especialmente nos Produtos 2.3 (Planejamento e Gestão Urbana no Município) e 2.12 (Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais). O mapeamento dos aspectos institucionais é inerente à gestão eficaz que é uma das premissas inclusas dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 16).

5.4.1. Planejamento e Gestão Urbana

O PDM 2016 apresentou riqueza em níveis positivos de projetos e ações possibilitando sua implementação, assim como a municipalidade dispõe de legislações que amparam o controle socioespacial quanto ao direito de construir, saneamento ambiental, uso do solo, e o desenvolvimento socioeconômico do ambiente urbano.

As principais legislações urbanísticas vigentes em Santa Tereza do Oeste e afetas ao PDM são:

- Lei do Plano Diretor – Lei Complementar nº 2.000/2016;
- Lei do Perímetro Urbano – Lei Complementar nº 2.001/2016;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei Complementar nº 2.002/2016;
- Lei do Parcelamento do Solo Urbano - Lei Complementar nº 2.003/2016;
- Lei do Código de Obras – Lei Complementar nº 2.004/2016;
- Lei do Sistema Viário – Lei Complementar nº 2.005/2016;
- Lei do Código de Posturas – Lei Complementar nº 2.006/2016.

Com a avaliação realizada nos setores do município, pode-se entender e apontar que os objetivos, diretrizes e proposições do PDM elaborado em 2016, verifica-se que as atividades previstas apresentam uma variabilidade grande em seu cumprimento e em execução. Na análise do Plano de Ação e Investimento observou-se que muitas ações não foram realizadas, principalmente pela falta de indicativos para execução.

Verifica-se que foram apontadas várias ações que, segundo a ETM são entendidas como atividade que não é possível ser executadas pelo município, já que as mesmas não dependem diretamente do município, pois existem outras autarquias que regem a implantação.



Espera-se, portanto, adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidade atuais do município, apresentando novas ações e mantendo as ações implantadas que funcionam tanto para a administração pública quanto para os munícipes com indicativos para execução.

5.4.2. Estruturação e Funcionamento dos Conselhos Municipais

Os Conselhos Municipais são enquadrados como órgãos de aconselhamento com caráter colaborativo e consultivo ao Poder Executivo Municipal e conforme detalhado no Produto 2.12, o total de Conselhos Municipais vigentes e ativos na atual estrutura organizacional é de 14 conselhos, dos quais todos foram regulamentados por lei específica.

Os conselhos atuam de forma direta ou indireta no desenvolvimento urbano municipal de Santa Tereza do Oeste, cujas ações estão concentradas nas políticas setoriais de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Administração Pública.



6. REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério das Cidades. Estatuto da Cidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2017.

CEBDS. A Nova Agenda Urbana. 2016.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Mandala ODS.

FERNANDES, Isac Gabriel Martins, *et al.* Planejamento estratégico: análise SWOT. Revista Conexão Eletrônica das Faculdades Integradas de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. 2015.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil avançado do município de Santa Tereza do Oeste.

IPEADATA. Base de dados econômicos e financeiros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Bookman, 2012.

SANTA TEREZA DO OESTE, Prefeitura Municipal. Portal da Transparência. 2023.

MATTOS, Crisvaldo Miranda; ANTONIAZZI, Maria Terezinha Hanel. Gestão pública: o plano diretor e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável municipal. 2016.

ONU. Nova Agenda Urbana. 2017.

ROMERO, Marta, O desafio da construção de cidades, artigo publicado em 2006.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. Cidades Para Um Pequeno Planeta. Barcelona, 2001.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vertice, 1986.



SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. Cartilha de Calçadas e Vias Exclusivas de Pedestres. 2020.

SICONFI. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, 2022.



7. ANEXOS

7.1. Mapas da Análise Temática Integrada